

# 1. RESUMO

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Material produzido pelo Prof. Herbert Almeida)			
SUJEITO PASSIVO			
<div>➤ administração <u>direta</u>, <u>indireta</u> (todos os Poderes / todos os entes da Federação)</div> <div>➤ entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício.</div> <div>➤ entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual (ressarcimento limitado à repercussão do ilícito para os cofres públicos)</div>			
SUJEITO ATIVO			
Agente público	Sentido amplo (agentes políticos, servidores, quem exercer a função pública)	* Agentes políticos: exceto o Presidente da República.	
Particular (PF ou PJ) -> parcerias com o Poder Público			
Terceiros	Induz ou concorre dolosamente	Pessoas física ou jurídica	
DECLARAÇÃO DE BENS			
▪ Declaração de imposto de renda	<div>Quando:<div>▪ Posse e exercício</div><div>▪ Atualização: anualmente + quando deixar o mandato, cargo, emprego ou função</div></div>	Sanção, se não apresentar ou apresentar declaração falsa: <u>demissão</u> , sem prejuízo de outras	
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E PROCESSO JUDICIAL			
Representação	<div>▪ Qualquer pessoa poderá <b>REPRESENTAR</b> à autoridade competente p/ apurar à prática de improbidade</div> <div>▪ A representação será <b>escrita</b> ou <b>reduzida a termo e assinada</b> e conterá: (i) qualificação do representante, (ii) informações sobre o fato e sua autoria e (iii) indicação das provas de que tenha conhecimento.</div> <div>▪ Se não contiver as formalidades exigidas, será rejeitada pela autoridade administrativa.</div>		
Procedimento administrativo	Realizado por comissão designada	Comissão deve dar conhecimento ao MP e TC, que podem designar representante para acompanhar	
Processo judicial (ação de improbidade)	<div>▪ Competência para propor a ação: <b>Ministério público (+PJ interessada, conforme STF)</b></div> <div>▪ Procedimento comum (CPC + LIA);</div> <div>▪ Foro: do local onde ocorrer o dano ou da pessoa jurídica prejudicada (não há foro por prerrogativa de função);</div> <div>▪ Natureza: repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal;</div> <div>▪ Não é ação civil / não constitui instrumento para controle de legalidade de políticas públicas;</div> <div>▪ Não há remessa necessária (duplo grau);</div> <div>▪ Revelia: não é confissão;</div> <div>▪ É <b>PERMITIDO</b> acordo de não persecução civil.</div>		
ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA			
ESPÉCIE	DEFINIÇÃO	ELEMENTO SUBJ.	
Enriquecimento ilícito (art. 9º)	“auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de <b>vantagem patrimonial indevida</b> em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade”	Dolo	
Lesão ao erário (art. 10)	“qualquer <u>ação</u> ou <u>omissão</u> <b>dolosa</b> , que enseje, <b>efetiva e comprovadamente</b> , <b>perda patrimonial</b> , desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres”		
Atentam contra os princípios da Administração (art. 11 -> rol taxativo)	“a <u>ação</u> ou <u>omissão</u> <b>dolosa</b> que viole os deveres de <b>honestidade</b> , de <b>imparcialidade</b> e de <b>legalidade</b> ”		
SANÇÕES			
SANÇÃO\ATO	Enriquecimento ilícito	Dano ao erário	Atenta contra os princípios
Perda dos bens	X	Se concorrer	
Perda da função	X	X	
Suspensão dos d. políticos	Até 14 anos	Até 12 anos	
Multa	Equiv. acréscimo	Equiv. ao dano	Até 24x remun
Proibição de contratar / receber benef.	Até 14 anos	Até 12 anos	Até 4 anos
Ressarcimento: sempre que houver dano efetivo			
Independe: sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica			
OUTRAS INFORMAÇÕES			
Prescrição	<div>▪ <b>8 anos</b>, a contar do fato;</div> <div>▪ <b>Suspensão: instauração do inquérito civil ou processo administrativo, por até 180 dias</b></div> <div>▪ <b>Interrupção:</b> ajuizamento da ação; sentença condenatória; decisão de TJ ou TRF; decisão do STJ; decisão do STF.</div> <div>▪ <b>Após a interrupção, volta a correr pela metade do prazo (4 anos):</b> prescrição intercorrente.</div> <div>▪ <b>Prazo de inquérito:</b> 365 dias + 1x por igual período</div> <div>▪ <b>Ação de ressarcimento decorrente de ato doloso de improbidade:</b> imprescritível (STF)</div>		
Herdeiros/sucessores	Até o limite do patrimônio transferido, no caso de lesão ao erário ou enriquecimento ilícito.		
Aplica-se: princípios constitucionais do direito administrativo sancionador			